

---

A NOVA EUROPA

---

*Adriano Moreira*

---

## A NOVA EUROPA (\*)

---

1. Nos dias 7 e 8 de Maio de 1945 foi assinada, em Reims e Berlim, a rendição da Alemanha, e o jornal «Combat» assinalava o facto com a expressão: «nesta imensa alegria cheia de lágrimas».

Eram causadas tais lágrimas pela avaliação dos resultados da então última guerra civil europeia, que causara, apenas no seu território, trinta milhões de mortos, dos quais cerca de metade eram civis, e grande parte destes fora exterminada em campos de concentração. As destruições materiais tinham a dimensão correspondente, bandos de crianças erravam pela Europa Central procurando sobreviver, e tudo correspondia à ameaça de Goebbels traduzida nestas palavras: «no caso de derrota os nazis saberiam bater com a porta em termos de assegurar que a sua recordação viveria durante séculos».

Parecia que tínhamos chegado ao ano zero da Europa, e que seria impossível dar corpo à promessa que Churchill, entre sangue, suor e lágrimas, proclamara em 1939, como ideologia de guerra: assegurar «os direitos do homem» e restaurar a «grandeza humana». Tudo a seguir ensombrado pela extensão do método da bipolarização da guerra finda à organização das tréguas, com tradução numa política binária: duas Europas, duas Alemanhas, duas cidades de Berlim, duas Coreias, dois Vietnams, dois Iémens, uma doutrina de traições bivalentes que tornava inimigas as famílias políticas e os homens que tinham sobrevivido aos combates, finalmente duas ideologias irreconciliáveis e dois blocos militares (OTAN-Varsóvia) habilitados a destruir o planeta.

Meio século de violência estrutural, nuclear e assente na gestão do medo recíproco, uma estratégia diplomaticamente chamada de dissuasão, deram porém origem a que o ambiente sistémico do território europeu ocidental, este sempre objectivamente em risco de se transformar em campo de batalha

---

(\*) Conferência que foi incluída como texto de apoio para o CDN 93, proferida no Centro Cultural de Belém, no Colóquio «A Arquitectura na Nova Europa. Que papel para a Comunidade Europeia?» — Ciclo «A Europa de Maastricht», em 4 de Maio de 1992.

ou moeda de troca, inspirasse, pela longa duração, uma espécie de segurança da vida habitual.

A memória do «ano zero» foi desaparecendo nos circuitos da teologia do mercado, desfeiteando as ameaças gritadas pelo desespero nazi, e enquanto as chefias dos blocos militares opostos se acusavam reciprocamente de pregarem e sustentarem o mal absoluto, num antagonismo ideológico fundamentalista, eram as doutrinas da morte das ideologias e as perspectivas do pragmatismo e da tecnocracia que animavam o processo do regresso da Europa Ocidental ao protagonismo da história, desta vez no exercício da lógica do poder económico.

Em 1989, a queda do muro de Berlim teve, entre outras consequências, a de fazer com que essa Europa, que se lhe encostava, caísse novamente no mundo, e alguns dos conceitos orientadores transformaram-se em nominativos, porque a incerteza lhes dissolveu os conteúdos. A generalidade dos responsáveis e dos analistas foi surpreendida pelo que sempre tinham advogado, incluindo a vitória da unificação da Alemanha e libertação dos satélites, como se apenas então ganhasse inesperado sentido a proclamação do jovem Kennedy junto ao Muro de Berlim em 26 de Junho de 1963: *Ich bin ein Berliner*.

Talvez se deva prestar atenção aos que dizem que a unificação da Alemanha faz renascer a memória do «ano zero» europeu, e os temores de que venha a ressuscitar, mesmo com forma diferente, o projecto do espaço vital germânico, agora ao alcance da lógica do poder económico, porque nunca se deve recusar avaliar nenhum facto que contrarie os projectos.

Por outro lado, parece apressado assumir que a evolução dos últimos poucos anos, vista a crise, deu razão à tese economicista de Lafontaine que advogava a lentidão, contra a então vencedora tese política de Helmut Kohl, porque essa não parece ser a questão.

Trata-se talvez antes de estar atento à possibilidade de a volta da memória do «ano zero» vir a ser alimentada por um populismo nacionalista que afecte a execução dos projectos da unidade europeia livre e consentida, não imediatamente pela agressividade retornada, mas porque a reconstrução interna, os interesses domésticos, o reencontro dos estados germânicos, exijam o regresso à ponderação da primazia dos interesses nacionais.

2. Tendo presente o que se passa com a dissolução da Jugoslávia, parece oportuno lembrar que o grande tema secular na sociedade política europeia

foi o de conseguir eliminar as causas da guerra entre os seus povos, essa guerra civil que por duas vezes foi chamada mundial apenas pelos efeitos e não pelas causas e agentes.

Também por isso não vale a pena esquecer que o primeiro dos objectivos do europeísmo pragmático foi o de tornar impossível um novo surto de agressividade. No discurso de 19 de Setembro de 1946, Winston Churchill, então simples deputado, dizia: «Os combates cessaram, o perigo não desapareceu. Se devemos criar os Estados Unidos da Europa — qualquer que seja o nome que lhe derem — devemos começar imediatamente. Vou dizer-vos qualquer coisa que vos espantará: o primeiro gesto de reconstrução da família europeia deve ser uma aliança entre a França e a Alemanha.» A mesma linha em que, no discurso de 15 de Maio de 1962, De Gaulle, o da Europa das Pátrias, declarava que a segurança da França e da Alemanha dependia da sua solidariedade e que desta dependia «toda a esperança de unir a Europa tanto no domínio político e no domínio da defesa, como em termos económicos».

Foi a mesma questão que determinou a criação, em 1949, da Autoridade Internacional do Ruhr, encarregada de assegurar a repartição internacional do carvão e a desnazificação dos europeus; e que levou Robert Schumann, no seguimento das propostas de André Philip, a querer a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que agrupou, pelo Tratado de 18 de Abril de 1951, a Alemanha, a França, a Itália e o Benelux: «deste modo se retirava à soberania alemã a gestão do arsenal de guerra que a França temia, assegurando porém uma igualdade de direitos que salvaguardava os melindres nacionalistas na medida do possível».

Não é necessário gastar mais algum do nosso tempo a recordar o processo, porque é suficiente deixar claro que o movimento unificador europeu teve a segurança e defesa entre as causas primeiras, para nos ajudar na percepção de que o salto qualitativo de agora tem a segurança e defesa entre as suas questões principais. O retorno dos nacionalismos, das incompatibilidades étnicas, culturais e religiosas, ao mesmo tempo que crescem sinais de desagregações comunialistas de Estados que supunham definitiva a unidade política alcançada, aconselham contra o ambiente de feliz fim tecnocrático da história com que algum discurso oficial parece reduzir os problemas à política orçamental, às taxas de câmbio, à inflação renunciada, à moeda única, à original caracterização da espécie de federalismo político em perspectiva pela percentagem dos custos comunitários sobre o produto.

Este anunciado fim da história não tem dúvidas sobre o modelo político e económico, democrático e de mercado sem alternativa, proclama que as identidades nacionais serão preservadas, e que, ao contrário de novas transferências de soberania, tudo se traduz, à luz do princípio da subsidiariedade, em alargar a cogestão das soberanias em relação aos problemas comunitários.

Parece, ao contrário, que a mudança qualitativa da conjuntura, formalmente referida a 1989, coloca em primeiro plano o tema maior dos Projectistas da Paz, a começar pelo distanciado Pierre Dubois, que apresentou a Filipe o Belo o famoso projecto *De Recuperatione Terra Sanctae*. Mas recorrendo a projectos posteriores ao aparecimento do Ocidente dos Estados, passando por Émeric Crucé (1590-1648), pelo Duque de Sully oferecendo as *Mémoires Sages* a Henrique IV, por William Pen (1644-1728) o fundador da Pensilvânia, por Leibnitz com o *Codex Juris Gentium Diplomaticus*, por Saint-Pierre e o seu *Projecto de Paz Perpétua de 1713*, e finalmente pelo *Projecto Filosófico de Paz Perpétua de Kant* (1796), que é o mais frequentemente citado, em todos se reconhece que o tema da guerra civil da cristandade é o dominante, e que o voluntarismo político aparece como uma variável sempre pronta a disfuncionar o sistema euromundista e a recomençar a história. A identidade europeia, cuja imagem aparece descrita a partir do mundo exterior para onde os seus poderes se expandiram, expansão que inspirou a Adam Smith o conceito da Europa como um só país, correspondeu, durante séculos, a um sistema sem controlo, e, no acervo das propostas dos projectistas, a uma ideologia à procura de uma política. No plano do ambicionado controlo da espontaneidade dos soberanos, só depois da experiência da I Guerra Mundial aparecem projectos como o de Aristides Briand que propunha em 1929 uma União Europeia à Assembleia Geral da SDN; ou o de Saint-Jonh Perse que, usando o seu verdadeiro nome de Alexis Léger, apresentou em 1921, à mesma SDN, um projecto de União Federal Europeia. O modelo de Estado Soberano, todavia, nunca inspirou mecanismos que o pusessem em causa, e por isso a ideologia euromundista, à procura de uma política, e sem a ter encontrado, teve de enfrentar a catástrofe do ano zero europeu.

E, todavia, o conceito de cidadania europeia existia na cultura que unifica o continente. Victor Hugo, apelando aos Estados Unidos da Europa em 1876, declarava: «*il faut a l'Europe une nationalité européenne*», acrescentando: «*o que se passa na Sérvia demonstra a necessidade dos Estados Unidos da Europa. Que aos governos desunidos sucedem os povos unidos. Acabem*

com os impérios... *A República da Europa, a Federação Continental, não existe outra realidade política senão essa*». Foi esta ideologia à procura de uma política que inspirou o europeísmo da Resistência, do qual lembramos o Movimento Rosa Branca do Prof. Huber e alunos da Universidade de Munique, todos decapitados, Robert Aron, Denis de Rougemont, Daniel Rops, Altiero Spinelli, ou Ernesto Rossi.

3. As propostas e projectos posteriores à Paz de 1945 já enfrentam a questão da soberania, e por isso é difícil admitir que o processo em curso não a atinge. A negação parece um recurso ao nominalismo para lidar com os valores em causa, mas talvez seja mais indicado assumir que a soberania está realmente em revisão.

Temos por outro lado as revoluções mundialistas, dos teatros estratégicos, da ciência e da técnica, dos mercados, da informação, que introduziram a interdependência e a dependência em grandes espaços que o decadente Ocidente dos Estados deixava marginais para a expansão da criatividade soberana.

O fenómeno dos grandes espaços, que era uma realidade com expressão crescente já na década de cinquenta, desenvolveu-se para suprir a insuficiência dos Estados. Estes viram acentuar-se a hierarquia tradicional, aparecer a nova magestade das superpotências, a acrescentar a categoria de Estados exíguos, isto é, sem capacidade real para desempenharem as funções tradicionais.

Foi a questão do carvão e do aço que inspirou a Jean Monnet a primeira resposta eficaz para redefinir a soberania, que foi a das *autoridades funcionais*. Para tirar à Alemanha a base da reconstituição de um novo complexo militar industrial, a Alta Autoridade assume a gestão dos interesses retirados à soberania, mas o poder que exerce não é soberano. Porque o método da aliança clássica veio responder aos problemas de segurança e defesa atlânticas, foi necessário esperar pelo fim do bipolarismo para imediatamente ser reposta a questão da soberania. Talvez possa dizer-se que, ao tentar racionalizar a situação com recurso aos nominalismos, a nova etapa, como que desfeiteando a longa doutrinação europeísta, parece às vezes caracterizada agora por uma política à procura de uma ideologia.

Para entender a mudança, sobretudo representada por Maastricht, também parece útil esclarecer o chamado conceito de subsidiariedade, tão usado para afirmar que a soberania não está em causa. De facto, com raízes na doutrina clássica, cimeiramente representada pelo Doctor Eximius Francisco Suarez, o

próprio Estado soberano é uma criatura subsidiária da sociedade civil, e a soberania tem duas componentes, ambas susceptíveis de restrição: o complexo de interesses a seu cargo, que variam no tempo e no espaço, o que torna desigual o conteúdo da soberania formalmente igual; o complexo de poderes destinados a gerir tais interesses, que se repartem desigualmente em termos de existir uma efectiva hierarquia dos Estados. Dizer que esta variação de áreas de interesses e de complexo de poderes se processa pelo consentimento e sem afectar a identidade nacional, parece uma frágil invocação cultural, porque as Nações cativas também possuem a identidade nacional e a soberania foi-lhes completamente retirada.

O chamado efeito do Tratado de Maastricht, concluído em Dezembro de 1991, mostra definitivamente que é o conceito e a realidade das soberanias que está em causa: os temas da cidadania europeia, do voto dos estrangeiros nas municipais e nas europeias, da adopção da moeda única em benefício de um Banco central europeu independente, e o abandono da política nacional de vistos, obrigam à revisão constitucional, provavelmente, na Alemanha, na Bélgica, em Espanha, na Irlanda, no Luxemburgo e em Portugal, o que parece suficiente para mostrar que a soberania está em causa.

Talvez não haja vantagem em acentuar a aparência de uma política à procura de uma ideologia, submetendo este efeito constitucional a um esquema teórico de diferenças entre escolas de interpretação, os comunitaristas e os estadualistas. O que merece certamente mais atenção é a circunstância de o método do futuro anunciado, que está a ser usado pelos Chefes de Estado e de Governo, se mostrar tão integrado numa dinâmica de sistema que os leva a concordarem numa política não previamente consentida pelas respectivas Constituições Políticas, com poucas dúvidas sobre o facto de que o soberano nacional se submeterá.

4. O fenómeno dos grandes espaços é estrutural, e nenhum Estado, nem as superpotências, lhe puderam escapar, embora transitando estas últimas para o Directório das novas criaturas. A Europa que se manteve livre, optou pelo Atlantismo em primeiro lugar (OTAN), previu uma expressão específica de defesa na União da Europa Ocidental (UEO), afirmou uma identidade política ideológica no Conselho da Europa, adoptou um modelo de economia de mercado nas Comunidades Económicas Europeias (CEE).

Não existiram alternativas, e a segurança do bipolarismo fez com que as integrações que se processaram não suscitassem problemas de relevo na área

da redefinição da soberania. Todavia, depois da implosão soviética, do alastramento daquilo que foi chamado a vingança das Nações, da Guerra do Golfo, e do encadeamento do Acto Único, Plano Delors e Acordo de Maastricht, toda a questão da arquitectura política se agudizou, e parece inegável a necessidade de assumir que o modelo do Ocidente dos Estados Soberanos está em mudança, que a soberania está em crise, que o princípio da subsidiariedade afecta ao mesmo tempo a área dos interesses e a área dos poderes que a integram, que não são apenas as identidades nacionais que estão em causa, como demonstram as nações cativas: o que está em causa é a nova medida da real autodeterminação, variável dentro da hierarquia dos Estados, é a necessidade de responder ao primado do político, é assumir que são mais exigentes as hesitações das páginas finais de Fukuiana do que toda a volumosa demonstração do fim da história, que essas páginas finais infirmam. A queda no mundo, que resultou da queda do muro, transformou em variável dominante, como diariamente se comprova no semestre em curso, a Política Externa e de Segurança Comun (PESC), criada pelo novo Tratado da União Europeia, contemplada no Título V, e este obriga a medir com realismo a exiguidade relativa dos Estados, e a decidir sobre o tipo de unidade política que fará parte dos futuros a anunciar pelas próximas conferências intergovernamentais. Não chega deixar cair as referências à federação, para que o modelo desapareça da lógica do processo. Negar que a soberania está em causa parece uma atitude tributária do temor reverencioso pelo modelo clássico, e contrária ao realismo com que os factos devem ser assumidos tentando repudiar os embaraços semânticos. Os embaraços semânticos estão a contribuir para que a dinâmica do processo político deslize para a decisão pertencer, em obediência às leis Weberianas, ao aparelho eurocrático, com apagamento da criatividade que se espera dos órgãos de gestão política. O debate político tende para se desenrolar entre governos todos virados para o centro que é a Comissão, com frequente alheamento das opiniões públicas e dos órgãos de soberania nacionais. A lógica weberiana, que está em exercício, encaminha visivelmente para uma federação de tipo histórico, para o elitismo que já teve expressão no Conselho de Segurança da ONU ao confiar o poder supremo a um restrito directório, para abonar a transformação interna com as exigências do alargamento, para a provável nova hierarquia dos Estados, com o modelo de superpotência no horizonte. Por seu lado, o europeísmo integral que concebe a Europa do Atlântico à nova fronteira a fixar algures a leste; que considera que terminar de vez com a guerra civil dos povos europeus, é objectivo cimeiro; que sabe que a subsidiariedade começa com o Estado,



e deve estar sempre presente em todo o processo; que não confunde a preservação das identidades nacionais com a necessária autonomia de gestão livre das suas especificidades; que reconhece que os grandes espaços são a resposta ao progresso estrutural das interdependências, e que as violências sistêmicas apenas tendem para reacender os conflitos históricos: esse europeísmo não confia na repetição de modelos históricos nascidos em diferentes conjunturas, e vira-se para a criatividade voluntarista que evite a transferência, para uma nova criatura, de todos os inconvenientes de uma soberania clássica. Não existe, na longa teoria dos projectistas da paz, de europeístas teóricos, de europeístas da resistência, e de construtores da nova Europa, a contribuição de um pensamento português específico e criador. Mas existe uma contribuição histórica fundamental para a definição das fronteiras da Europa, uma notícia que teria sido conveniente levar ao Presidente da Comissão antes de o trazer a Coimbra. A nova arquitectura europeia, de acordo com essa experiência nacional, não pode abandonar o atlantismo, que para ela é em grande parte africanismo, e que não se compadece com o federalismo clássico, nem com a negação das solidariedades criadas no Atlântico Norte em meio século de colaboração, nem com a rejeição de responsabilidades do Atlântico Sul. O espírito fundador de Jean Monnet, com as suas autoridades funcionais, e o espírito pioneiro de Coudenhove-Kalergi, que todos leram sem necessidade de citar o seu conceito de federalismo funcional, podem ser a base da resposta para a salvaguarda e consistência do pluralismo europeu. Um debate que, de qualquer modo, deve ser publicamente assumido, para que o futuro, mesmo anunciado, não aconteça mais uma vez sem a participação responsável dos povos europeus.

*Adriano Moreira*